



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/2024.

Institui e dispõe sobre permitir à pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) o ingresso e a permanência em qualquer local portando utensílios, alimentos para consumo próprio e objetos para fins de suporte emocional no âmbito do município de Leme.

Art. 1º Fica instituído e permitido o ingresso e a permanência em qualquer local, público ou privado, inclusive nas escolas e estabelecimentos comerciais, da pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) portando utensílios, alimentos para consumo próprio e objetos de uso pessoal para fins de suporte emocional, no âmbito do município de Leme.

Parágrafo único. Entende-se por utensílios: pratos, copos, talheres, mamadeiras ou quaisquer recipientes específicos que atendam a necessidade e particularidade da pessoa com Espectro Autista ao se alimentar. E os objetos para fins de suporte emocional, entende-se por aparelhos eletrônicos (celulares, tablets, etc) e manuais (livros, brinquedos, etc).

Art. 2º O ingresso e permanência com os utensílios e objetos fica condicionado a apresentação de Carteira de Identificação da Pessoa Com Espectro Autista – CIPTEA conforme regulamentação da Lei Federal nº 13.977/2020 – Lei Romeo Mion.

Art. 3º Considera-se discriminação, por recusa, do local que não se adaptar para recebe-los, discriminação prevista no artigo 1º desta Lei, nos termos da Lei 13.146/2015 em seu artigo 4º § 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, punindo-os conforme legislação vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Prof. Arlindo Fávares”, em 18 de fevereiro de 2025.

Ellan Ricardo da Paixão
VEREADOR



JUSTIFICATIVA

No Brasil, nos dias atuais, o número de diagnóstico de crianças, adolescentes e adultos portadores do Espectro Autista (TEA) tem se apresentado cada vez maior, e as estatísticas recentes demonstram que para 36 (trinta e seis) crianças, 1 (uma) é autista. Além disso, há números alarmantes de crianças/adultos sem laudo.

Logo, devido ao aumento gradativo de pessoas portadoras de TEA, considerando suas necessidades e demandas para uma qualidade de vida, além de visando a conscientização e inclusão destes em sociedade, é necessário que os Poderes Legislativos e Executivos se adaptem, buscando elaborar Leis que os amparem, principalmente aos que precisam de mais suporte, atenção e cuidados dentro do espectro.

Nesta alçada, sabe-se que o TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, défices na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) na prática diária exige cuidados especiais, e isto, inclui de maneira expressiva sua alimentação, em razão de inúmeros apresentarem seletividade alimentar, desta forma, estes possuem restrições e padrões quanto as suas escolhas em relação aos utensílios utilizados para se alimentar, aos alimentos que consomem e muitas outras características, que acabam sendo um impedimento ou problema a saúde e bem-estar, quando não respeitados.

Outro ponto importante a ser ressaltado são os objetos utilizados por pessoas com TEA para fins de suporte emocional, sabe-se que a utilização dos mais diversos meios, sejam eles eletrônicos (celulares, tablets, etc) ou manuais (livros, brinquedos, etc) ocorrem, pois, estes são considerados estimuladores e também ajudam a prevenir crises emocionais.

Em determinadas situações, em que há uma exposição exacerbada a ambientes que possuem ruídos, conversas, música alta, entre outros, as pessoas



portadoras de TEA têm seu emocional muitas vezes fragilizado, por causa da quantidade de estímulos sensoriais, logo, os objetos pessoais utilizados para controle são de extrema importância e necessidade fisiológica, devendo ser inseridos e aceitos nos locais que estes frequentam.

Diante destes motivos, visando amparar e conscientizar a população quanto todas as necessidades dos portadores de TEA e seus familiares, se faz necessário a criação desta Lei, para que toso os locais se adaptem para recebe-los, dentro de suas particularidades, sem discriminação e restrições, assim, estando presente o interesse público é o presente para solicitar aos nobres pares que aprovem o presente projeto.

Sala das Sessões, Prof. Arlindo Fávoro, em 18 de fevereiro de 2.025.

Ellan Ricardo da Paixão
VEREADOR